Os benefícios que os suecos usufruem dos serviços de assistência social são de fato extraordinários, mas os impostos são astronômicos e estão suscitando cada vez mais protestos

Suécia – o país dos impostos

IRWIN ROSS

AS ÚLTIMAS eleições na Suécia, realizadas a 16 de setembro de 1973, foram tão renhidas que o país teve de esperar três dias até que fossem contados os 50 mil votos enviados pelo correio e se confirmasse este resultado quase inacreditável: empate. O Partido Social Democrata, do governo, apoiado pelos comunistas, ganhou 175 cadeiras no novo Riksdag (parlamento), enquanto que os outros 175 lugares foram obtidos pela oposição. Para os sociais-democratas, que têm ocupado o poder durante 41 anos, este empate foi uma tremenda derrota.

A razão dessa igualdade dos partidos perante a opinião pública tem origem na desilusão de grande parte dos suecos a respeito de seu sistema de assistência social, que é dos melhores do mundo. Durante anos, o «meio-termo» da política sueca (sistema idealizado e posto em prática pelos sociais-democratas) foi considerado um modelo de como uma sociedade industrial moderna deve ser governada. Resumidamente, esse sistema de governo significa uma economia controlada por um governo forte, que atua em íntima ligação com o setor empresarial privado e com um movimento cooperativo muito aperfeiçoado, em que todo mundo está vivamente interessado em atingir os mesmos objetivos de: dar empregos a todos, alcançar um elevado índice de crescimento e aumentar os benefícios da assistência social. O sistema de segurança social dos suecos, que

beneficia a todos «do berço à sepultura», é de fato modelar. O povo sueco desfruta dos mais altos salários e do mais elevado padrão de vida de toda a Europa. No entanto, e paradoxalmente, um estrangeiro que chegue à Suécia vai encontrar também ali um dos mais elevados índices de descontentamento do mundo e inúmeras queixas sobre a inflação, a excessiva burocracia e os impostos pesados.

Fartura de benefícios. A Suécia é o maior e o mais próspero dos países da Escandinávia e o que dispõe de um padrão de assistência social mais perfeito. A Suécia não tem favelas nem mendigos. Com um sistema centralizado de negociações sindicais coletivas, são mínimos os conflitos entre empregadores e empregados. Ambas as partes procuram não distorcer os salários a um ponto em que os preços dos produtos suecos de exportação alcancem níveis não competitivos. Os sociais-democratas, embora possuam ideologia socialista, têm sido sempre nitidamente pragmáticos em suas relações com o capitalismo, de forma a incrementar ao máximo o crescimento econômico da nação. Apenas 6% da indústria são de propriedade do Estado – muito menos do que na Grã-Bretanha ou na França.

Durante anos, a Suécia tem desfrutado de um índice *per capita* de Produto Nacional Bruto só inferior ao dos Estados Unidos (5.090 dólares em 1972, comparados com 5.643 nos Estados Unidos). Os 8.145.000 suecos dispõem de mais automóveis (302 por mil habitantes) e de mais aparelhos de televisão (332 por mil) do que qualquer outro povo da Europa. Além disso, 500 mil suecos possuem uma «segunda casa» e quase outros tantos têm barcos de recreio.

O alcance do sistema de assistência social na Suécia é espantoso. Quando uma criança nasce, se a mãe está desempregada passa a receber o equivalente a 5,15 dólares por dia, durante seis meses; se a mãe trabalha, tem seis meses de «licença paga», com 90% do salário. Para cada filho com menos de 16 anos, os pais podem fazer uma dedução, na declaração anual de imposto de renda, de uma importância equivalente a 309 dólares. O governo também concede subsídios para habitação, dependendo do número de filhos e do rendimento familiar. A educação universitária é gratuita, e os estudantes podem obter subvenções e empréstimos para custear as despesas de sua manutenção. Os benefícios por doença, da mesma forma que os benefícios de maternidade, são extensíveis a todos os indivíduos empregados, com mais de 16 anos, e se prolongam por todo o tempo de doença. A assistência hospitalar também é gratuita.

O sistema de pensões na Suécia é igualmente bastante generoso. Consta de uma pensão básica de valor equivalente a 1.600 dólares anuais, além de um esquema de subvenções suplementares, que concede à maioria dos pensionários 60% ao ano da média de rendimentos que usufruíram nos 15 anos em que tiveram melho-

res salários. Finalmente, os suecos contam com uma remuneração mínima garantida, por vezes chamada «salário social», à qual todos os cidadãos têm direito. Se os proventos de um indivíduo não atingem o limite mínimo, a municipalidade cobre a diferença.

Carga tributária. Inevitavelmente, esses benefícios tão vantajosos têm criado uma sociedade de burocracia legal tão complexa que, por vezes, chega a dar aos cidadãos a ilusão de estarem vivendo num mundo imaginário. Muitos suecos acham que os planejadores do governo são indivíduos inexpressivos, sem sentimentos pessoais e extremamente teóricos e bitolados nos conceitos que fazem a respeito das necessidades humanas. Por exemplo, a maior parte das habitações na Suécia são construídas pela municipalidade e por cooperativas, e cerca de dois terços dessas habitações são edifícios de vários andares. Essas enormes «gaiolas para morar», que são de fato funcionais, estão espalhadas por todo o país; no entanto, as pesquisas de opinião pública demonstram que muitos dos suecos preferem uma casa com um pequeno jardim. «Os edifícios de apartamentos são tão *impessoais*», disse-me uma jovem mãe sueca, «que a gente mal chega a conhecer a família que mora ao lado. Todo mundo se fecha em seus apartamentos.»

Contudo, o problema básico e primordial do sistema de assistência social da Suécia não é o absurdo de sua complexidade burocrática, mas seu elevado custo. A percentagem dos impostos pagos é enorme. Incluindo-se os impostos relativos à segurança social, as taxas chegaram a atingir 40% do Produto Nacional Bruto para o período de 1965 a 1971, o que representa a percentagem mais elevada da Europa e quase 50% mais do que nos Estados Unidos.

É assombrosa a racionalidade dos impostos na Suécia. Os impostos diretos, dos quais o contribuinte recebe um comprovante, incluem uma taxa rigorosamente progressiva sobre os rendimentos, que vai para os cofres do Estado; outro imposto sobre rendimentos (que anda à volta de 24%) pagável à administração local; e mais os impostos sobre seguros de assistência médica. O mais elevado dos impostos *indiretos* é a mais-valia, aplicada ao índice incrível de 17,65%, e que incide sobre todos os serviços e bens, inclusive gêneros alimentícios. Também existem impostos indiretos sobre a gasolina, álcool e cigarros. No ano passado, um cidadão sueco com o rendimento anual equivalente a 6.185 dólares tinha de pagar 51% de seus proventos em impostos (diretos e indiretos). Um cidadão que tivesse recebido o equivalente a 15.460 dólares teria de pagar 63% em impostos.

Mais pesados do que esses impostos individuais são os elevados índices de taxação marginal (os impostos pagos sobre rendimentos no mais alto escalão de salários), os quais, combinados com a inflação, dificultam a melhoria do padrão de vida dos suecos. Um contribuinte que receba entre 7.200 e 10.300 dólares

está no escalão dos 62,4% de impostos, que incide sobre os rendimentos que ultrapassem 7.200 dólares. Assim, se, no ano anterior, esse contribuinte teve um aumento de salário da ordem dos 10%, quase dois terços desse aumento vão para o Estado. O restante que lhe ficou não chegou para compensar a inflação de 7% que se verificou na Suécia em 1973.

Além disso, muitas vezes esses impostos suplementares têm conseqüências ainda mais graves, pois um aumento nos rendimentos pode ter como resultado uma redução nos abonos para habitação, o que, por outras palavras, constitui *um novo imposto suplementar*, do qual a lei tributária sueca não fala. Um contribuinte que atinja o escalão dos 62,4% de impostos dentro em pouco estará sendo taxado com impostos que podem ir a mais de 93%.

Resultados negativos. Como é que o povo se arranja com impostos tão onerosos? Uma parte da resposta a essa pergunta é que os suecos recebem em benefícios grande parte dos impostos que pagam, convertidos em subsídios para habitação, abonos de família, assistência médica gratuita e subvenções de maternidade. Contudo, a situação tem provocado descontentamento. Em princípios de 1972, por exemplo, seis mil donas-de-casa fizeram uma passeata defronte do Riksdag, em Estocolmo, protestando contra a alta de preços, tendo provocado em todo o país um boicote ao leite e à carne (o filé estava sendo vendido a cerca de 55 cruzeiros por quilo). O fato tem maior significado se nos lembrarmos de que as manifestações públicas de protesto são muito raras na Suécia, país ordeiro e progressista.

No ano anterior, as duas federações sindicais do país, a dos empregados de empresas particulares e a dos funcionários públicos, incitaram uma greve de 12 mil funcionários do Estado, inclusive 600 ferroviários que desempenhavam funções essenciais, e reivindicaram aumentos salariais de 18% a 22%. Durante anos, os salários reais dos operários tinham sofrido desgaste, enquanto que os rendimentos dos empregados de escritório tinham melhorado. O movimento ferroviário paralisou, e os tribunais-de-trabalho entraram em litígio com as instituições de assistência social. O governo não se fez de fraco; pelo contrário, dispensou temporariamente 25 mil professores e outros funcionários públicos, para impor pressão financeira aos sindicatos, que tiveram de pagar os salários durante a greve. Finalmente, os grevistas foram obrigados a retornar ao trabalho, com um modesto aumento salarial, o que constituiu uma séria derrota para os sindicatos dos burocratas.

O paradoxo da situação é que, hoje em dia, os preocupados são os operários, que reclamam contra os elevados índices dos impostos suplementares, pois a inflação fez subir seus salários a um nível tal que muitos operários semi-especializados entraram no escalão dos 48% de descontos. Os especializados estão qua-

se todos abrangidos pelo escalão dos 62,4%. Em 1973, pela primeira vez, os sindicatos dos burocratas começaram a tomar o partido dos sindicatos de operários e entraram em negociações para discutir a deterioração dos salários líquidos.

As conseqüências sociais da taxação exagerada têm sido desanimadoras, pois a elevada incidência de impostos suplementares produz «desincentivos» para o trabalho. Os operários sentem relutância em fazer horas extraordinárias. O absenteísmo na indústria, que era de 8,5% em 1962, subiu para 11,4% em 1972. Os subsídios por doença são tão tentadores que os operários muitas vezes preferem ficar em casa, em vez de irem trabalhar. Apesar de tudo, a «extorsão» de impostos continua a subir. «Se eu chamar algum profissional para consertar o motor de meu barco ou para reparar a chaminé de minha casa», informou-me um cidadão sueco, «a primeira coisa que ele perguntará é se terá de pagar impostos.» Outro conhecido meu precisava mandar estofar um sofá e algumas cadeiras. Deu a fazer o serviço, mas pagou à vista, sem qualquer recibo. Com isso evitou de ser taxado com os 17,65% do imposto de mais-valia, e o estofador não teve de mencionar na sua declaração de imposto de renda o dinheiro que recebeu pelo trabalho.

Democracia industrial. Por incrível que pareça, embora as queixas contra os impostos estejam surgindo de todos os lados, nenhum dos partidos políticos está pensando em reduzir os programas de assistência social, os quais consomem mais de 20% do Produto Nacional Bruto e cerca de metade de todos os impostos. No entanto, nas últimas eleições, o problema dos impostos suplementares foi bastante discutido e uma comissão governamental permanente está estudando esses impostos. Uma das soluções mais viáveis é canalizar a maior parte da carga tributária para os impostos indiretos e para os subsídios concedidos pelas folhas-de-pagamentos. Isso terá como resultado suavizar a violenta «facada» dos impostos diretos e, como tal, não desestimulará os trabalhadores – mas, é claro, fará subir os preços.

Apesar da perda de popularidade e dos reveses eleitorais, o loquaz, inteligente e cativante Primeiro-ministro Olof Palme, de 47 anos, ainda consegue despertar confiança nos eleitores, pois vê vasto campo para reformas. Ele não pretende criar novos programas de assistência social, uma vez que os já existentes estão aprovando muito bem. Em vez disso, sua nova meta é a «democracia industrial» (uma expressão de sentido muito amplo, que compreende a representação dos operários nos quadros administrativos, dando ênfase à segurança social e à melhoria das condições de trabalho), o que tornará o trabalho menos monótono, permitindo aos operários pôr em prática suas iniciativas pessoais dentro da própria fábrica. Os partidos da oposição também são favoráveis à democracia industrial, e uma pesquisa pré-eleitoral demonstrou que

os eleitores estão indiferentes. Portanto, as perspectivas imediatas para os sociais-democratas são indefinidas.

Qualquer que seja o resultado das próximas eleições, continuará a dúvida sobre o dilema do «meio-termo» do sistema político sueco. Há alguns anos, ele representava um compromisso entre os rigores de um planejamento socialista total e um capitalismo heterogêneo e desumano, não adaptado às realidades do país. Os suecos conseguiram realmente criar um sistema modelar de assistência social, mas, ao desenvolvê-lo, provocaram tensões e descontentamentos que não tinham previsto. Fizeram subir os impostos a um nível tal que o povo sente nitidamente que seu poder de compra está declinando, e os incentivos para o trabalho estão sofrendo corrosão. De fato, criaram um sistema de segurança social «do berço à sepultura», mas à custa de uma desconcertante complexidade de leis e de um excessivo labirinto burocrático. Além disso, nos últimos tempos não têm conseguido evitar os crescentes problemas criados pelo desemprego e pela inflação.

A intranqüilidade dos suecos faz supor que um planejamento social muito ambicioso tem seus limites, assim como tem limites a capacidade de um povo ser sobrecarregado com impostos. A solução não será acabar com os programas de benefícios sociais que foram criados, mas controlar sua expansão, tendo em vista os efeitos negativos que possam surgir e não esquecendo o peso que possam causar no orçamento de um cidadão.

CARTAZ numa estação de metrô de Londres, anunciando *The Music Lovers*, o filme de Ken Russell sobre Tchaikovsky, prometendo «cenas de sexo delirante e frenético». Por baixo, um engraçadinho escreveu: «E também tem música!» – S. S.

WINSTON CHURCHILL sempre foi muito convencido da sua vocação como historiador. Lembro-me de uma tarde, na Câmara dos Comuns, em que ele estava atacando ferozmente Stanley Baldwin, então primeiro-ministro, numa questão de política governamental. «A História dirá», declarou Churchill, «que o ilustre cavalheiro estava errado neste assunto.» E acrescentou com um largo sorriso: «E tenho certeza disso, pois eu mesmo escreverei a História.» – Malcolm MacDonald, *Titans & Others*

Do *Press and Journal*, de Aberdeen, Escócia: «Um dos principais acontecimentos em Londres foi a Exposição de Cães de Cruft. Durante dois dias, os cães, acompanhados de seus donos, encheram os salões e as galerias, latindo uns para os outros com grande espírito de competição.»
– *Funny Convulsing and Funny Confusing*